



Boletim Local

Edição Especial 197 -
Santos, 23 de março de 2009.

Os melhores momentos do Seminário da LOF e da Representação Parlamentar Delegada

“A não-participação é a pior forma de conservadorismo político”.

Pedro Angrisani, professor de Teoria Política da Univ. Católica de Santos



Seminário em Santos recontou história do sindicalismo, apontando rumos para o futuro

1º Dia



A história do sindicalismo no Brasil e no mundo, bem como o raio-x da formação política da sociedade brasileira, deram o tom do painel que abriu na manhã da última quinta-feira, dia 19, o Seminário “As repercussões da ausência da LOF e da Representação Parlamentar Delegada na Garantia da Autoridade Fiscal e Defesa do Interesse Público”, realizado em Santos (SP).

tes também deram boas-vindas aos colegas presentes. “Cumprimento a todos por terem entendido a importância deste evento para buscarmos novos horizontes para a luta sindical”, declarou o presidente da DS/São Paulo, Luiz Fuchs. O delegado da DRF de Santos, Renato César Leite, também prestigiou o Seminário.

Antes do início dos debates, o presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó, acolheu e deu boas-vindas aos cerca de 100 participantes, agradecendo a presença de todos e das Delegacias Sindicais apoiadoras (Bauru, Cumbica, Guarulhos, Juiz de Fora, Marília, Piracicaba, Santo André, São José do Rio Preto, São Paulo, Sorocaba e Sindifisp-SP), cujos represen-

No debate sobre a “Evolução Histórica da Sociedade Organizada no Brasil e no Mundo”, o historiador e Mestre em Educação pela UERJ, **Helder Molina**, reconstruiu a linha histórica do movimento dos trabalhadores/operários, que se iniciou em 1780, declarando: “a história da humanidade é a história das lutas de classe”. Chegando aos dias de hoje sobre novas feições, esse embate, agora com o capital, tem apontando diversos desafios. “Somos produto do

“O discurso que elimina e não negocia é violento”.

Rudá Ricci, sociólogo e Mestre em Ciências Políticas

“O pior analfabeto é o analfabeto político”.

Helder Molina, historiador e Professor de Educação/UERJ, parafraseando Bertold Brecht

- * **Seminário reconta história do sindicalismo, apontando rumos para o futuro**.....págs. 2,3 e 4
- * **Estratégia de Atuação Sindical na Dinâmica do Estado Democrático de Direito**.....págs. 4 e 5
- * **Seminário discute a fundo a Representação Parlamentar Delegada**.....pág.6, 7 e 8
- * **A importância da Lei Orgânica do Fisco para a Autonomia da Autoridade Fiscal**.....pág.9. 10 e 11
- * **Carta do Seminário de Santos**.....pág. 12

tempo histórico que estamos vivendo”, analisou Molina, para quem é preciso repensar os efeitos da exploração do trabalho no embate com o capital. “Antes, dizia-se ‘penso, logo existo. Agora, vigora o ‘consumo, logo existo’, um dos fetiches do capitalismo”. Para Molina, a educação e o conhecimento são o caminho para a emancipação dos trabalhadores.

O sociólogo **Rudá Ricci**, com sua experiência em política pública e vivência dos debates internos do Unafisco Sindical, fez a sua apresentação sobre a premissa da perda paulatina da autoridade do cargo de Auditor-Fiscal antes existente e a necessidade de a Classe voltar a definir as políticas tributárias, criticando o que chamou de “empresariamento da máquina pública”, pensamento vigente alguns anos atrás. “É preciso construir uma intelectualidade de Estado e isso inclui vocês”, advertiu. Para Ricci, os Auditores-Fiscais da RFB devem capitanear o que classificou como “papel civilizador” da classe média, que passou a representar 53% da população, quando antes do Governo Lula representava 32% dos brasileiros. Mas advertiu ser necessário que a Classe tenha participação política, indicando como caminho a representação delegada: “é o caso em que o representante está preso a quem o elegeu, a pauta dele não só é conhecida como definida pela base eleitoral”, explicou, fazendo

uma distinção da conhecida representação fiduciária, quando o eleitor tem uma identificação ideológica e partidária com o representante em quem vota, mas está ausente qualquer contato e compromisso direto. Embora tanto na representação fiduciária como na delegada ambos os parlamentares tenham como premissa a defesa dos interesses difusos da sociedade, a forma de acesso ao Parlamento torna determinante o compromisso do parlamentar e a relação do representante com sua base eleitoral, que é muito mais forte na representação parlamentar delegada. “Vocês têm que ter deputados ligados a vocês umbilicalmente. Quando o Paulo Bernardo, do Planejamento, for falar com o Unafisco, tem que saber que vocês têm força no Parlamento. Mas eu questiono: por que vocês têm tanta dificuldade em discutir política? Se vocês não tiverem participação no Parlamento, morrerão”, sentenciou. Na avaliação de Rudá, “aonde acaba a política começa a violência. O discurso que elimina e não negocia é violento. Por isso, como ex-dirigente, posso dizer que quando o dirigente é sério não gosta de greve. No Sindicalismo Cidadão deve-se ao máximo evitar uma greve. Devemos, sim, pensar em ações públicas para evitá-la. A força de uma classe deve ser o conhecimento e o poder de alimentação de políticas públicas”, concluiu.

O advogado e professor de Teoria Política da Universidade Católica

de Santos, **Pedro Paulo Angrisani Gomes**, investigou a história da formação política da sociedade brasileira, apontando que o Brasil foi um dos únicos países em que o Estado nasceu antes mesmo da sociedade, o que traz uma série de consequências para a participação política, como o raquitismo da vida civil. “Não participamos nem mesmo de reunião de condomínio, nem da reunião de pais e mestres dos nossos filhos”, ressaltou. Como o Estado, poder político, é anterior à formação da sociedade brasileira, ela sempre viveu à sombra do poder político, não dando o salto para tomar para si o po-

der que lhe caberia. O resultado disto é o chamado patrimonialismo, isto é, o exagerado centralismo do poder político e a falta de confiança nas instituições.

Para ele, a ausência da participação política ocorre por preconceito com relação à política. “Vocês entendem a nobreza da função de Estado por a exercerem, mas não compreendem a política como atuação da política em si”, afirmou, pontuando ainda que o pior tipo de conservadorismo político é a não-participação. “O antônimo de uma sociedade viva é o baixo nível de envolvimento político e o excesso de individualismo”, definiu.

2º Painel -

Estratégia de Atuação Sindical na Dinâmica do Estado Democrático de Direito

Ao longo da tarde do dia 19, o 2º Painel reuniu na mesma mesa o presidente da Fenafisp – Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, Lupércio Montenegro, o presidente do Unafisco Sindical, Pedro Delarue, e o procurador da República e presidente da Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público) e do Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado), José Carlos Cosenzo.

Lupércio avançou no resgate histórico do sindicalismo no Brasil, com destaque para o último século, onde foram engendrados os desafios atuais. Pontuou que o

sindicalismo no serviço público coincidiu com o ataque ao neoliberalismo, no Governo Collor, asseverando que houve neste íterim perda do poder de barganha e o afastamento da base. Os desafios para o sindicalismo, em sua avaliação, estão em preservar a autonomia e agir com sagacidade, mobilizando, conscientizando e organizando seus membros.

Lei Orgânica e representação parlamentar – o procurador da República José Carlos Cosenzo apresentou como desafios para o momento a valorização do parlamento, com a reforma política, fim da judicialização da política e a devida separação dos po-



deres; a valorização das carreiras típicas de Estado, inclusive pelo próprio Estado; o aperfeiçoamento das entidades e atividades político-partidárias, explicando, neste sentido: “Em 1988, quando conseguimos prever na Constituição garantias para o Ministério Público e a previsão de Lei Orgânica para a instituição, tínhamos 12 parlamentares do MP no Congresso Nacional. Vivíamos uma era de ouro, mas vocês acham que as coisas caem do céu. A partir da CF Cidadã, quem ingressou na carreira após 1988 não pode exercer mandato eletivo. Perdemos representatividade no Congresso. Hoje, vocês têm esta sorte que nós não temos. Não desperdicem esta oportunidade. Não sejamos ingênuo”, declarou, lembrando a força da bancada da Polícia Civil, por exemplo, hoje no Congresso Nacional.

Novo corporativismo: apresentando a participação do sindicalismo nos principais momentos históricos vividos no Brasil desde a década de 80, o presidente do Unafisco Sindical destacou de que forma a estratégia da atuação sindical tem influenciado nas negociações e mobilizações. Lembrou, por exemplo, que a negação, pelos sindicatos à época,

da reforma da previdência pretendida em 2003 pode ter representado, por exemplo, a perda da oportunidade de impedir a instituição da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, destacando que quando houve mudança na postura do próprio Unafisco Sindical, conseguiu-se resgatar a paridade com a PEC Paralela. Delarue defendeu que hoje não há mais o embate sindicalismo de enfrentamento *versus* sindicalismo de resultado. “Vivemos o novo corporativismo, que tem como norte o interesse da categoria e também tem interesses sociais nos temas em que são especialistas, ou seja, nas questões tributárias”, citando como exemplo prático disto as novas parcerias com o Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, para a elaboração de estudos sobre a justiça tributária no país e ainda o contrato firmado com a Esaf, Escola de Administração Fazendária, para levar à sociedade a educação fiscal. “Contudo”, destacou o presidente do Unafisco, “não há salvação fora da política. Se você não colocar a mão na ‘lama’, você não limpa a casa. É preciso acabar com a hipocrisia. Temos

que envolver a nossa categoria e quem mais pudermos para buscar influir na política, inclusive, se a Classe assim quiser, com a representação parlamentar delegada”, concluiu.

2º Dia

3º Painel - A Representação Parlamentar Delegada na Garantia da Autoridade Fiscal e Defesa do Interesse Público



No segundo e último dia (20) do Seminário “As repercussões da ausência da LOF e da Representação Parlamentar Delegada na Garantia da Autoridade Fiscal e Defesa do Interesse Público”, realizado em Santos (SP), na presença de quase 100 Auditores-Fiscais, o debate foi centrado em torno do que representa para a Classe dos Auditores-Fiscais da RFB não ter hoje uma representação parlamentar delegada e uma Lei Orgânica do Fisco.

No painel da manhã, os deputados federais João Eduardo Dado (PDT-SP), representante delegado dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de SP, e João Campos (PSDB-GO), representante delegado dos delegados da Polícia Civil de Goiás, narraram

como foi o amadurecimento, dentro de suas respectivas classes, da necessidade de se fazer representar, de forma delegada, na Câmara dos Deputados. “O poder econômico escolhe atualmente até mesmo quem será o secretário de Fazenda. Não basta lutar, é preciso ter poder de voto”, frisou Dado. “A nossa classe adquiriu a consciência de que é no Legislativo que as coisas acontecem”, revelou o deputado Campos.

Os parlamentares contaram como surgiu a escolha de seus nomes para a candidatura a deputado federal e que a campanha foi feita pelos próprios colegas, doadores diretos de recursos financeiros. “Recebia doações de pequenos valores de todos os colegas e cada um dos fiscais aqui de São Paulo ficou responsável

por conseguir 10 votos para a minha campanha, entre familiares e amigos. Foi uma campanha modesta em recursos e vitoriosa”, lembrou o parlamentar paulista.

Aliás, o próprio Dado revelou que o governo “tem ampliado o controle social especialmente sobre as carreiras típicas de Estado”, citando como exemplo mais recente a MP 449, cujo relatório chegou na última quarta-feira (18/03) à noite para ser votado às pressas. A MP diz, por exemplo, que as prerrogativas antes atribuídas aos Auditores-Fiscais pelo Código Tributário Nacional são prerrogativas da instituição. Além disso, a MP premia o mal contribuinte, ao determinar parcelamento do devido ao Fisco, com juros baixíssimos. “Daí porque a ‘emergencialidade’ do tema da representação”, defendeu o parlamentar, completando: “se vocês querem sobreviver enquanto agentes públicos de Estado, fiscais das atividades econômicas brasileiras, é imprescindível, urgente e inadiável a representação parlamentar delegada. Nós, que estamos no Parlamento, precisamos de vocês. Escolham internamente colegas para concorrerem ao cargo eletivo, escolham os mais fiéis ao trabalho, isto é, que saibam exercer ações de interesse coletivo, que saibam sacrificar-se pelo interesse público. Somos, até hoje, uma grande colônia. Para reverter isso, precisa-se de homens e mulheres com vistas a equilibrar o jogo no Congresso Nacional. Tenho para mim que 2010 é o ponto fun-

damental. Por que agora? Porque se a reforma tributária for aprovada, será um desastre, e há também a reforma política no horizonte”, opinou, explicando o risco de a reforma trazer a lista fechada, que beneficia os políticos mais renomados e caciques dos partidos.

Na avaliação de Campos, que está em seu primeiro mandato, a Classe não poderá eleger seus representantes delegados e depois se acomodar. “Quem fortalece a ação política são vocês. São vocês que potencializarão as nossas ações, quem irão nos assessorar. Ao eleger um parlamentar delegado isto não significa ausência de problemas. Acontece que, a partir disso, o grau de dificuldade das lutas será outro, pois no Legislativo as reivindicações classistas serão assumidas pelo parlamentar, assim como as demais demandas que atendam ao interesse público”, considerou, acrescentando serem ingredientes necessários para o êxito nesta representação a atuação decente, responsável e transparente para se ter credibilidade.

Questionado pelo plenário quanto a divergências entre o partido do representante delegado e a base que o elegeu, o deputado João Campos declarou: “Se a Classe tem pelo menos um representante delegado no partido fica mais fácil convencer o partido em determinados temas. Mas se o partido não se convencer, é possível solicitar que o libere para votar. Pode acontecer de o partido não liberar, isto é mais incomum. O partido vai ter mais dificuldade para fechar questão. Certa fei-

ta, o meu partido não queria liberar o voto, mas se viu levado a liberar e muitos deputados votaram comigo por solidariedade”.

O deputado também foi questionado se na Polícia Civil de Goiás a escolha interna do deputado foi feita de maneira formal, institucional. “Não, pois foi feito às pressas, mas seria até melhor que tivesse sido feita de forma institucional, como estão propondo”, declarou, acrescentando que levaria a proposta apresentada por Clemente para a sua representação classista debater. Inquirido sobre a questão da filiação partidária, disse considerar mais estratégico para a Classe que os Auditores-Fiscais indicados para concorrerem ao cargo eletivo estejam filiados a diferentes siglas partidárias para que a Classe tenha voz em todos os partidos. A questão partidária deve ser superada para que se avance.

O diretor de Assuntos Parlamentares da DEN, Eduardo Artur Moreira, que coordenou a mesa do painel, narrou a sua trajetória como parlamentar em Portugal e declarou: “vejo a possibilidade de elegermos parlamentares em nossa Classe. Em minha atividade sindical, observo que apesar da boa-vontade dos parlamentares no Congresso Nacional, a situação seria muito melhor se tivéssemos nossos representantes delegados”, afirmou.

Alteração estatutária, art. 3º , inciso VI – como o juiz federal Fausto de Sanctis não pôde com-

parecer ao seminário em razão de problemas profissionais, o presidente da DS/Santos aproveitou a oportunidade para apresentar o projeto da representação parlamentar delegada, que será levado ao Congresso Unificado do Unafisco e Fenafisp marcado para abril: “já estamos na sexta versão do projeto, que foi levado ao Conaf em Foz do Iguaçu, mas sequer teve a oportunidade de ser debatido no Plenário. Mas vamos agora apresentá-lo de novo”, antecipou. De forma didática, Clemente explicou os principais pontos do projeto da representação parlamentar delegada:

- eleição interna organizada pelo Sindicato para fins de indicação de Auditores-Fiscais que concorrerão ao cargo eletivo de deputado federal;
- processo aberto e democrático, em que todo Auditor-Fiscal da RFB poderá candidatar-se, votar e ser votado;
- eleição em três fases: no âmbito dos interessados em cada Delegacia Sindical; entre os vencedores da primeira fase no âmbito do Estado; e por fim a terceira eleição no âmbito da Região Geográfica dos vencedores em cada um dos estados. Ao término deste processo, haverá cinco candidatos Auditores-Fiscais no país, um por região geográfica, com vistas a evitar a pulverização dos recursos para campanha eleitoral;
- afastamento do risco de partidarização do Sindicato, uma vez que cada um dos cinco candidatos indicados pela Classe escolherá individualmente o partido pelo qual con-

correrá ao cargo eletivo. Sendo desejável, inclusive, que cada um deles esteja em siglas partidárias diferentes; - todo Auditor-Fiscal, ativo ou aposentado e as pensionistas que residam no mesmo estado do Auditor-Fiscal indicado deverão votar nele e buscar angariar votos entre familiares e amigos;

- a doação de recursos para financiamento da campanha, por sua vez, deverá ser feita pelos Auditores e pensionistas que residam não só no estado de origem, como na mesma região geográfica do Auditor-Fiscal indicado, em conformidade com a Lei Eleitoral nº 9.504/97.

4º Painel -

A importância da LOF para a Autonomia do Auditor-Fiscal e Defesa do Interesse Público



No 4º painel, o diretor de Assuntos Jurídicos da DEN, Wagner Vaz, abriu as considerações sobre a Lei Orgânica do Fisco (LOF) lembrando que a Classe dos Auditores-Fiscais da RFB está há 10 anos vivendo em um estado de subserviência à Administração da Receita Federal do Brasil, comprovado por diversas normas infralegais que vêm tolhendo a autonomia do cargo de Auditor-Fiscal. O exemplo mais emblemático da situação de subserviência é o Mandado de Procedimento Fiscal (MPF). “Mandado é sinônimo de ordem e, sem demérito algum, quem cumpre ordem são servidores administrativos e de 2º grau”, afirmou.

A queda vertiginosa da remuneração é outro termômetro dos 10 anos de subserviência. “Até 1999, tínhamos remuneração semelhante ao de nossos pares no Estado. Entre 2005 e 2006, nossa remuneração caiu pela metade a de um juiz, nessa época, aproximou-se do que vinha sendo pago aos oficiais de Justiça. Os governantes raciocinavam: ‘eles não são mais autoridades de fato, pois autoridades são aqueles que decidem quem será fiscalizado, então, a remuneração deve ser rebaixada’ e, assim, o foi até o ano passado. Mas e depois de 2010? Vamos entrar em greve”, perguntou.

Vaz também apontou que a avaliação de desempenho, a assinatura diária de folha de ponto, o uso de crachás e a instalação de catracas eletrônicas para uso dos Auditores-Fiscais da RFB são outros exemplos de subserviência que denotam o ataque à Autoridade do cargo. Como resolver esse rebaixamento? O próprio Wagner respondeu: “pela LOF, pois o Regime Jurídico Único não é adequado. A Autoridade Fiscal é aquela a quem o Estado confia a recuperação de bilhões de reais. Acontece que o tratamento conferido hoje a estas Autoridades é incompatível. Da LOF depende até a nossa remuneração futura”, concluiu. **Protógenes Queiroz** – o delegado da Polícia Federal que conduziu a Operação Satiagraha pontuou que quando se tem uma carreira de Estado desorganizada se tem um Estado desorganizado. “É um caldo de cultura para o desmando, até mesmo em relação à Constituição Federal”, avaliou, completando: “é necessária uma lei que organize o Estado, sem isso é como viver no Brasil Colônia”.

Queiroz confidenciou ter se assustado com alguns fatos que envolvem a Fazenda Pública: “não se sabe a quem serviu o citado Mandado de Procedimento Fiscal, mas fica a impressão de que estamos ainda nas administrações ultramarinas, da colônia portuguesa, que atraía as pessoas para explorarem a colônia, mediante baixas remunerações, deixando-as livres para explorar o que quisessem, desde que não conflitassem com os interesses da Coroa. Mudou alguma coisa do ano de

1600 para cá? Cadê a autoridade fiscal de forma mais saudável para a estrutura orgânica do Estado? Tal estado de coisas promove desestímulo para trabalhar, pavimenta estrada para os mal intencionados e a culpa por tudo recaí sobre a autoridade pública e não sobre a sua estrutura”, considerou Protógenes. Em sua análise, mesmo desorganizada, as carreiras produzem bom resultado, graças ao empenho pessoal de cada servidor. Contudo, sem organizar determinadas carreiras, elas ficam impossibilitadas de trabalhar e acabam tornando-se burocratas.

Na Polícia Federal, também tem havido há mais de 10 anos discussões sobre uma Lei Orgânica para a instituição. “Porém, quando pedimos mais gente, fracionaram a categoria para baixo, criando o policial federal de 3ª classe, que no alinhamento orgânico do Estado se assemelha a carreiras de nível médio”, explicou. Para ele, faz-se necessário o alinhamento orgânico das carreiras de Estado na questão das prerrogativas, sendo que o Ministério Público deve ser preservado e é o exemplo a ser buscado. Porém, hoje, há um proposital não-alinhamento das instituições de Estado para que funcionem mal.

Inquirido sobre a Lei Orgânica da PF, Protógenes Queiroz lembrou a sua trajetória na Polícia Federal, nos idos de 1998, quando se depa-rou com a ausência desta lei na instituição, situação que considerou absurda. Ele defendeu a escolha de representantes que trabalhem pela estruturação orgânica das Institui-

ções e revelou que a ausência da lei orgânica promove a situação que tem vivido na pele: os investigadores passam a ser os investigados. “O processo que o Brasil atravessa é muito perigoso. Os atos são no sentido de restringir o poder da Autoridade de Estado, e não o inverso. O exemplo não está sendo dado. Está sendo difícil assegurar o funcionamento das instituições. Por não ter o princípio da inamovibilidade, me tiraram da investigação do Satiagraha e esta não é a primeira vez. Atuei no caso Hildebrando Pascoal e quando decidimos aprofundar as investigações fui removido sumariamente de São Paulo para Foz do Iguaçu. Quando se começa a aprofundar as investigações, que têm cifras de bilhões, a coisa muda, pela ausência de uma lei orgânica que assegure as prerrogativas do cargo. Pode ocorrer a mesma coisa na fiscalização da RFB”, avaliou.

Lauro Pinto C. Neto – Parabenizando o delegado da PF, Protógenes Queiroz, a quem chamou de “referência na Polícia Federal”, o procurador da República no Distrito Federal, Lauro Pinto C. Neto, começou a sua explanação, defendendo: “com relação ao Mandado de Procedimento Fiscal, vocês, Auditores-Fiscais, têm dever legal para exercer o que for. O MPF não poderia suprimir a independência funcional. Em que medida uma portaria pode contrariar o Código Tributário Nacional”, questionou.

Sobre a Lei Orgânica do Fisco fez uma reflexão acerca da força da Classe para fazê-la ser aprovada no Congresso Nacional e defendeu ser

importante ter o apoio da Secretária da RFB nesta matéria.

Lauro também explicou o processo da Lista Tríplice que está prevista na Lei Orgânica do MP nos Estados. A escolha do Procurador-Geral da República acontece via consulta ao colégio de Procuradores da República conduzida pela associação da classe e tem sido sempre acatada pelo Presidente da República. Ainda, explicitou que os membros do MP têm autonomia funcional, inamovibilidade de ofício e estão resguardados pela unicidade do MP, que lhes garante o poder de decisão. Tudo isso em razão da Lei Orgânica aprovada em 1993.

Defendendo que a revisão da Constituição Federal, neste momento, serviria para enfraquecer o Estado e para fortalecer o poder econômico, Lauro Neto criticou a chamada Lei de Regime Especial que extingue a punibilidade mediante o pagamento, em qualquer tempo, do devido pelo contribuinte, considerando que o patrimônio da sociedade não tem sido devidamente protegido pelo Estado, sendo taxativo quando expressou: “todo ato administrativo que tem desvio de finalidade é ato ilícito” e conclui afirmando: “o maior desafio é exercer com tranquilidade as nossas funções, para que não soframos pessoalmente pressões, defendendo o interesse público”.

Acerca do questionamento sobre o momento para o Unafisco propor uma LOF, Lauro Neto declarou: “a decisão é do Unafisco. Se não há representação direta no Congresso Nacional, o Sindicato de vocês tem de estar preparado

para o debate político. Na Constituinte, tínhamos 60 representantes do Ministério Público”, respondeu.

Antes do término do evento, o presidente da DS/Santos fez a leitura da Carta do Seminário de Santos, convidando a todos para subscrevê-la, como já o

tinham feito diversos conferencistas, agradeceu a participação de todos, declarou: “... plantamos algumas sementes com este Seminário e espero que possamos colher os seus bons frutos num futuro próximo, com a participação de todos” e encerrou o Seminário.

Carta do Seminário de Santos

Nós, participantes do Seminário “As repercussões da ausência da LOF e da Representação Parlamentar Delegada na Garantia da Autoridade Fiscal e defesa do Interesse Público”, realizado nos dias 19 e 20 de março de 2009, em Santos (SP), subscreitos abaixo referendamos a presente Carta com o objetivo de reafirmar a necessidade de a Classe dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil construir as bases de um sindicalismo cidadão com participação política e implementação urgente de uma Lei Orgânica, aproveitando este momento ímpar quando se discute o Estatuto do novo Sindicato, que advirá da unificação do Unafisco com a Fenafisp, e a conjuntura econômica mundial a qual enseja o fortalecimento dos Estados Nacionais.

As repercussões da ausência da Representação Parlamentar Delegada discutidas no Seminário revelam, dentre outras mazelas, o nosso afastamento da formulação de políticas públicas e, em especial, da política tributária que vise à justiça fiscal e, conseqüentemente, da implementação de um modelo tributário que promova justiça social. Também ficou evidenciado que a consolidação do Estado Democrático de Direito permite a organização da Classe para que seus membros delegados ocupem instâncias de poder político a fim de intervir efetivamente na formulação das políticas tributárias, contribuindo para a evolução do Estado brasileiro.

As repercussões da ausência da Lei Orgânica do Fisco trazidas ao debate desnudam o quadro de ingerências políticas e econômicas ao qual o cargo de Auditor-Fiscal tem estado sujeito, pela não-consolidação em lei dos mecanismos republicanos que conferem a devida autonomia e independência ao cargo. Neste sentido, urge a necessidade de se aprovar e implementar uma LOF que resguarde a Autoridade do cargo e suas atribuições de interferências externas, de modo que o interesse público seja plenamente defendido.

As transformações ocorridas na forma de organização da sociedade no Brasil e no Mundo acontecem numa dinâmica histórica em que mudanças de postura e de ações são exigidas para enfrentar os desafios conjunturais, inclusive no campo sindical e político, onde a Classe dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, neste momento, pode e deve organizar-se para ocupar o seu devido lugar na fração do Estado que lhe é cabível, como uma parcela da sociedade consciente de sua essencialidade para a Nação.

Conferencistas e a grande maioria dos participantes do Seminário subscreveram esta Carta. Veja imagem em www.unafiscosantos.org.br

Expediente: publicação produzida pela diretoria da DS/Santos, biênio 2007/2009. Secretária de Comunicação: Nilva Martinez. Jornalista: Kelly Carlisano (MTB: 29.279).